

Resumo

O texto investiga algumas percepções e narrações da cidade nos feminismos negros contemporâneos a partir de um trabalho etnográfico com ativistas no Sudeste do Brasil entre 2016 e 2018. Centrando-me nas trajetórias urbanas da comunidade negra e, em particular, das trabalhadoras domésticas e sexuais, procuro demonstrar como esses debates consideram as relações entre gênero, raça e espaço urbano na formação e transformação das cidades no pós-abolição. A partir da dinâmica desenhada por essas ativistas, constituída por espaços de confinamento e trânsitos possíveis, é possível ver o enredamento de papéis laborais e morais na constituição de uma divisão sexual e racial do trabalho a partir das famílias brancas. Essas experiências caracterizam algumas das formas como o espaço tem sido pensado no interior dos atuais feminismos negros brasileiros.

Palavras-chave: feminismo negro; trabalho doméstico; trabalho sexual; cidade; interseccionalidade.

On the *other side* of the *white world*: experiences of the city in contemporary Black feminisms

Abstract

Based on ethnographic data from fieldwork with activists in Southeastern Brazil from 2016 to 2018, this text investigates some of the conceptions, debates, and perceptions of the city in contemporary Black feminisms. I focus on the urban trajectories of the Black community, domestic and sex workers to demonstrate how the relations between gender, race, and urban space are considered regarding the formation and transformation of post-Abolition cities. The dynamics sketched in these narrations point to spaces of confinement and permitted transits, allowing to see an entanglement of moral and labor in the constitution of a sexual and racial division of labor within white families. These constitute some of the current Brazilian Black feminisms' musings on space.

Keywords: black feminism; domestic work; sex work; social movements; urban peripheries.

Introdução

Estar à margem é ser parte do todo, mas fora do corpo principal. [...] a linha do trem era uma memória constante da nossa marginalidade. Do outro lado daqueles trilhos estavam ruas pavimentadas, lojas nas quais não podíamos entrar, restaurantes nos quais não podíamos comer, e pessoas em cujo rosto não podíamos olhar. Um mundo no qual podíamos trabalhar como faxineiras, zeladores, prostitutas, desde que como serviçais. Podíamos entrar naquele mundo, mas não viver nele. Tínhamos sempre que voltar às margens, ao outro lado dos trilhos, aos barracos e casas abandonadas na borda da cidade (HOOKS, 1984, p.XVI, tradução minha).

Partindo de pesquisa etnográfica, esse texto discute algumas narrações e debates sobre a cidade nos feminismos negros contemporâneos, procurando reconstruir as relações entre gênero, raça e espaço urbano. Para tanto, concentra-se nas experiências da população negra e de trabalhadoras domésticas e sexuais do pós-Abolição até a década de 1960 na cidade de Campinas, atualmente uma metrópole no interior do estado de São Paulo, conforme narradas nas atividades de um grupo ativista feminista negro e complementadas por 1 Agradeço às leituras e comentários de Thyago Villela e Dafne Sponchiado, aos comentários no SPG28 da ANPOCS em 2019, e aos pareceristas anônimos.

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: juh.abd@gmail.com.

pesquisas.

As falas e cenas mencionadas aconteceram em eventos durante minha pesquisa de doutorado (ABDALLA, 2023), voltada a compreender os debates e operações políticas em torno da noção de desigualdades simultâneas – as chamadas “interseccionalidades” (CRENSHAW, 1989; BIROLI, MIGUEL, 2015) – a partir de um trabalho etnográfico e entrevistas com uma frente de militantes negras formada para organizar e custear sua ida à Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, que aconteceu em Brasília em novembro de 2015.

Inscrita em um momento de explosão e diversificação dos movimentos e feminismos de mulheres negras no Brasil (ALVAREZ, 2012; FIGUEIREDO, 2018; RIOS, MACIEL, 2017), a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região (FMNCR) constituiu uma oportunidade de reunião e diálogo para militantes de diferentes gerações, filiações político-partidárias, níveis de escolaridade formal, experiências e interesses de militância, sexualidades e trajetórias habitacionais ou migratórias, todas integrantes de grupos³ organizados na região – movimentos sociais, coletivos, sindicatos, partidos, casas de cultura, núcleos etc. Esses diálogos resultaram em uma pauta unificada das mulheres negras para orientar suas ações em seus grupos e em suas relações com outros atores institucionais e da sociedade civil, principalmente em nível local e regional. Considerando o incremento do capital político das militantes, a formação de outros grupos e redes e a disputa dos espaços e concepções políticas predominantes na cidade, pode-se dizer que a experiência dessa articulação, que perdurou até 2018, é exemplar dos importantes e diversos espaços de debate e militância construídos pelos feminismos negros contemporâneos.

Em meio à pluralização do campo, as diferenças e disputas de autonegação – militantes dos movimentos de mulheres negras, feministas “negras”, “interseccionais” (LEMOS, 1997, 2016; RIOS,

MACIEL, 2017; RODRIGUES, 2006), “populares”, “periféricas” (MEDEIROS, 2017; OLIVEIRA, 2019); “militantes” e “ativistas” (LIMA, 2018); mulheristas (MEDEIROS, 2017), entre várias outras – são marcadores de identificações políticas com consequências nas formas de organização, estratégias, bandeiras e experiências abrigadas pelos grupos. Essa questão, também presente na FMNCR, resultou numa reunião ativista que, ainda que atravessada por diferentes experiências e formas de atuação, processos de construção de significados e mesmo disputas internas no que diz respeito à definição ou nomeação de sua proposta política, se reconhece e é reconhecida como produtora de práticas *feministas negras*.

Por conta desse reconhecimento, frequentemente reiterado durante o trabalho de campo, compreendo que os debates produzidos pela articulação são representativos das práticas e reflexões ativistas do feminismo negro. Na própria FMNCR, que abrigava, entre suas militantes, ambivalências com relação a essa noção, o “feminismo negro” era construído cotidianamente em suas práticas de aliança, posicionamentos na cidade e formas de organização definidas contínua e dialogicamente por suas participantes. Dois elementos de sua constituição nos importam aqui. Primeiro, as ampliações (ou “redefinições”) do entendimento dos feminismos na FMNCR partiam do “primado da experiência” (MEDEIROS, 2017) – i.e., se davam a partir das práticas de sobrevivência e formação de comunidade inscritas no cotidiano de mulheres que não haviam se definido como tal (mães, avós, líderes comunitárias e sindicalistas, etc.). Segundo, porque desenvolvido a partir de coletivos e espaços políticos “mistos”, ainda que fosse convocado e “protagonizado” por mulheres negras, esse ativismo podia contar – e contava – com falas, apoios, parceria e participação de outros sujeitos, entendidos como aliados, herdeiros ou representantes dessa memória feminina, algumas das quais integrarão a análise.

Nesse encontro de militantes, grupos ativistas e, nas atividades abertas, o público presente, his-

³ “Grupo” era a denominação empregada pelas próprias militantes, incluindo uma grande diversidade de agremiações (cf. ABDALLA, 2023).

tórias e recordações mantidas pelas tradições orais e transmitidas intergeracionalmente, mas também resultantes de empreitadas de pesquisa e reconstrução coletiva, eram elaboradas como memória dos lugares sociais das mulheres negras na região – entendidos aqui a partir do que Lélia Gonzalez propõe como o “lugar natural da mulher negra trabalhando nas cidades” (GONZALEZ, [1981] 2018, p. 107): a sobreposição da ideia aristotélica de *lugar natural*, os espaços sociais e geográficos designados às mulheres negras (as favelas, prisões, as “dependências” de empregada, os elevadores de serviço, a avenida do desfile de carnaval), as práticas e olhares conectados a cada um deles – “ser a mula de carga da sua família e das outras” (GONZALEZ, 1984, p.230), trabalhar em funções ocultas e que não exigem “boa aparência”, ser “endeusada” por estrangeiros em festas públicas – e suas circulações entre esses pontos geográficos e sociais. Reconstituindo a(s) história(s) desse *lugar*, essas memórias podem ser lidas como conhecimentos elaborados por *outsiders within* (COLLINS, [1989] 2016), percepções do centro pelos olhos da periferia construídas a partir de um posicionamento social específico e exclusivo, ocupado por aquelas que participam do cotidiano da sociedade branca sem pertencer a ela.

No caso da FMNCR, as detentoras dessa memória eram mulheres participantes da *comunidade negra* da cidade, em particular trabalhadoras domésticas e trabalhadoras sexuais, que testemunharam ou preservam as lembranças dos processos de organização da cidade, em particular uma primeira fase da modernização de Campinas, da Abolição aos anos 1960, seus familiares ou sucessores. Suas experiências e trajetórias, marcadas pela valência conjunta de uma função-sexo e uma função-trabalho, como sinalizou Gonzalez (1984), nos permitem ver a constituição do “outro” na formação e reconstrução da cidade, nas relações de gênero, na estrutura das famílias e no universo laboral. Na formação das periferias – *o outro lado* da linha férrea, *o outro lado* da rodovia –, em particular, “outros” racializados e gendrados en-

contram-se inscritos em uma divisão sexual e racial do trabalho.

Valendo-me de falas das militantes e parceiros da FMNCR, na primeira parte do texto, apresento as linhas gerais dos processos de modernização e expansão de Campinas no período delineado, considerando seu caráter racializado, como vemos na formação dos *bairros negros* e da *comunidade negra* campineira – elemento constitutivo da forma como as militantes enxergam a cidade e se relacionam com ela. Na segunda parte, coloco lado a lado as experiências urbanas de trabalhadoras domésticas e sexuais – alguns dos principais caminhos laborais reservados às mulheres negras no pós-Abolição⁴ –, procurando demonstrar como as formas que essa comunidade transita ou faz transitar o espaço são, também, gendradas. A ordem de gênero dedutível dessas leituras se materializa numa divisão sexual e racial do trabalho organizada a partir da família branca, na qual mulheres negras ocupam papéis laborais e morais opostos aos de mulheres brancas – e complementares, do ponto de vista da manutenção da estrutura da família branca. Concluo pondo em relevo algumas construções intelectuais que permeiam esses debates e seu vínculo com elementos centrais do feminismo negro contemporâneo.

Configurações racializadas do espaço: a cidade pelas memórias da *comunidade negra*

A pesquisa da qual esse texto se desdobra acompanhou os diálogos, trânsitos e trocas estabelecidas pela FMNCR conforme ela se movimentava, observando as conexões temáticas, de abordagens, entendimentos, estratégias e sujeitos políticos, assim como as lacunas e diferenças, nos grupos que a formavam.

A cidade, sua construção e as relações da população e das mulheres negras com o espaço urbano eram temas frequentes nesses diálogos. Campinas era descrita como um contexto especialmente racista e violento para a população negra, o que se refletia em alcunhas como “a capital da escravaria”, “a úl-

4 Embora não os únicos. Cf. p.ex. SANTOS, 2023.

tima cidade a abolir a escravidão no último país do mundo a abolir a escravidão” e em um nexo que conectava diretamente o período escravista e a contemporaneidade. Para compreender essa caracterização, é preciso fazer um breve recuo à história da cidade no pós-Abolição.

Constituída em sua demografia e relevância econômica moderna em meados do Século XIX, com a produção do açúcar e, depois, do café (SLENES, 2011), a Campinas pré-Abolição tornou-se conhecida pela magnitude da população escravizada – que chegou ao dobro da marca de qualquer outra cidade paulista (XAVIER, 1993) e até mesmo a ser majoritária – e pela série de revoltas, o extremo punitivismo e a desmesurada crueldade que caracterizavam as relações entre escravizados e a classe senhorial (MARTINS, 2016), as quais passaram a tipificar o imaginário sobre a cidade.

O processo de urbanização no pós-Abolição – e, particularmente, a formação das periferias – é um dos pontos nevrálgicos desse imaginário. Segundo Helena Rizzatti (2014), a periferização de Campinas tem três fases. O primeiro período, no qual me concentrarei nesse artigo, compreende o pós-Abolição, especialmente a partir da década de 1930, até meados da década de 1960, quando há o primeiro distanciamento massivo da população pobre por meio do combate aos cortiços na região central e a formação artificial de uma série de bairros do outro lado da linha férrea ou da rodovia Anhanguera, pavimentada em 1948. São loteados, então, bairros como a Vila Industrial, ocupada por imigrantes italianos que chegam ao Brasil, o Jardim Itatinga, o maior complexo prostitucional da América Latina até os dias atuais, e o São Bernardo e outros chamados *bairros negros*.⁵

Na segunda fase, entre o fim dos anos 1960 e os 1990, a formação do polo científico-tecnológico campineiro reforçou a presença e a circulação de pessoas das classes médias e elites, e um crescimento populacional vultoso resultou de intensas ondas migratórias para a cidade, movidas pelo incremento da indústria (BAENINGER et al., 1992). A

consequente explosão demográfica e territorial das favelas respondia, simultaneamente, à precariedade dos empregos industriais e a uma forma de gestão do território que privilegiava os interesses do capital imobiliário, industrial e de transportes, encarecendo a moradia na região central e tornando a expulsar a população mais pobre para as (novas) margens da cidade, agora por meio de violentas remoções executadas pela polícia (RIZZATTI, 2014). Uma série de novos bairros são ocupados ou loteados na beira da malha urbana, tais como os DICs, Distritos Industriais de Campinas, exemplares desses processos. No extremo oposto da malha urbana, como parte da expansão do polo científico, é inaugurada a Universidade Estadual de Campinas.

A partir dos anos 1990, um terceiro momento é caracterizado pela periferização das elites, com o crescimento dos loteamentos murados e condomínios nas franjas da cidade, e, também, pelo crescimento das “ocupações organizadas em terrenos relativamente bons” (RIZZATTI, 2014, p.40), selecionados para grandes construções ou deixados para a especulação imobiliária. Dentre eles, destacam-se os terrenos próximos ao Aeroporto de Viracopos e ao Shopping Campinas, como os que resultaram nas ocupações do Parque Oziel, Gleba B e Monte Cristo. Embora as notificações das ocupações informais registrem uma queda significativa dos anos 1990 para a segunda metade dos 2000, observações de campo como as de Rizzatti (2014) sugerem a desatualização dos dados municipais. O déficit habitacional e o direito à moradia continuariam sendo grandes problemas.

⁵ Ver: Giesbrecht, 2011.

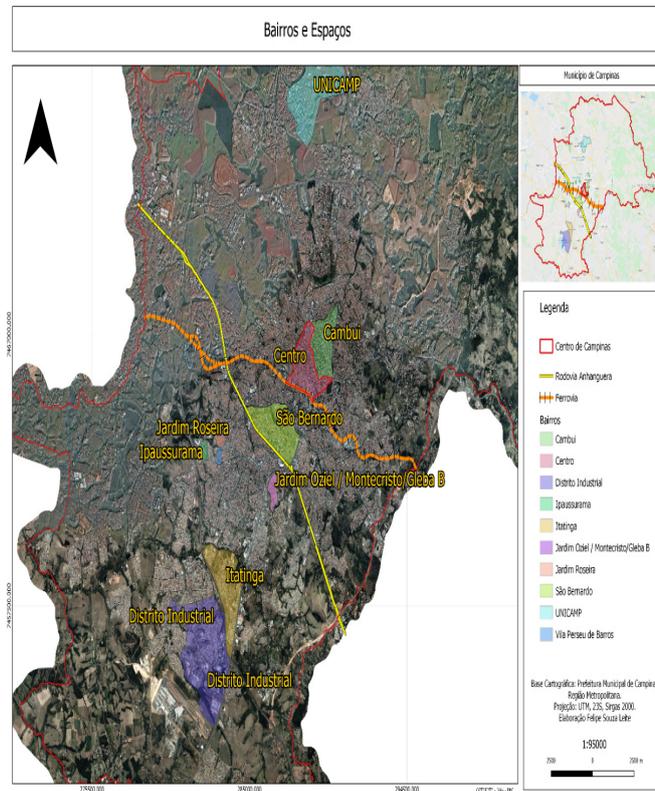


Figura 1 - Bairros e espaços constituídos no processo de periferização da cidade.

Raça na primeira fase da modernização da cidade

A primeira rodada de *modernização* da cidade, um processo de expansão da malha urbana e reordenamento de usos, em particular, do centro, tinha como horizonte o apagamento dos traços coloniais e a necessidade compartilhada pelas elites, poder público e mercado imobiliário de “adequar as cidades brasileiras aos novos preceitos de espaço público” (HELENE, 2019, p.73). Substituindo o antagonismo colonial entre os espaços fechados, próprios à convivência das elites, e a rua, um “lugar marginal, indecente e subalterno”, ocupado historicamente “pelos não-brancos/as e negros/as (“cativos” ou “forros”)” (HELENE, 2019, p.73), por um crescente uso da rua pelas classes altas, as ações e preceitos dessa nova fase transformariam e elitizariam os usos e populações ocupantes do centro. Como um dos ápices desse processo, o Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia foi aprovado na Câmara Municipal em 1938 e implementado ao longo das décadas seguin-

tes.

Junto ao grande número de libertos e nascidos livres à época, os alforriados pela Lei Áurea passaram a viver em cortiços e habitações precárias na região central, especialmente no bairro Cambuí (HELENE, 2019; MACIEL, 1985; MARTINS, 2016; GIESBRECHT, 2011), que, com a modernização do centro, se tornaria o principal reduto da tradicional classe alta campineira. Enquadrados como um problema social, dadas as condições de higiene e moralidade a eles inferidas, os cortiços foram alvo de ações policiais sistemáticas, representando, com os ocupantes das ruas, os principais alvos do processo de modernização. Segundo Alessandra Ribeiro Martins (2016, p.110), “os cortiços foram temas recorrentes nas páginas do *Diário do Povo*” e outros jornais campineiros, que os descreviam como superlotados, “insalubres e focos permanentes [das] doenças e epidemias” (p.109) que assolaram a cidade nos anos seguintes à Abolição. Dentre as medidas tomadas para a redução dessas epidemias, foi central a invasão e desalojamento de cortiços, “considerados promíscuos e sujos” (MACIEL, 1985, p.20), além de marcados pelo “desemprego, fome, relações matrimoniais informais, instabilidade emocional e violência” e “comparados a antros de vagabundos e redutos de outros desclassificados” (MACIEL, 1985, p.24).

Frequentemente equiparados às senzalas,⁶ os cortiços constituem um dos termos para correlacionar raça e classe na formação urbana de Campinas. A cidade recebia imigrantes europeus desde aproximadamente 1882 e alguns dos bairros construídos nos primeiros anos do Século XX abrigavam muitos europeus pobres; portanto, a pobreza não era, nesse momento, exclusivamente negra. No entanto, a diferença do tratamento reservado à população negra – por exemplo, na mídia campineira da época e “na forma de ação [da sociedade branca ou da polícia] que objetivava impedir ou restringir a presença dos negros em determinadas áreas públicas” (MACIEL, 1985, p.10) – torna claro que esta era o alvo primordial do incômodo e da intervenção das elites e do

6 Em fevereiro de 1892, p.ex., mobilizando esse termo de comparação, o *Diário de Campinas* lamenta: “Campinas não se libertou desses antros” (MACIEL, 1985, p.23).

Estado, reforçando uma divisão entre a experiência negra da classe e o “lado branco da pobreza” (MACIEL, 1985, p.48).

O racismo era perceptível, para Maciel (1985, p.12), “principalmente pela mão da polícia em sua arbitrariedade e violência, e caracteriza[va]-se pela tentativa de interceptar a participação do negro nas atividades e espaços públicos”. Os clamores pela “sanitarização” da cidade central eram expressivos da segregação racializada da região. De seu lado, os jornais da imprensa negra também registavam reclamações quanto à segregação: “Não temos barbeiros, não temos sapateiros, nem alfaiates, não podemos entrar em hotéis, nos bares, nas lojas, nos teatros...breve...seremos expulsos dos bondes e enxotados dos trens, ficando mesmo sem o direito de transitar pelas calçadas” (MACIEL, 1985, pp.13-14). Do ponto de vista da população negra, esse processo culmina na formação dos chamados *bairros negros*, redutos criados entre o pós-abolição e os anos 1960, para os quais a população negra, então habitante majoritária da região central, foi deslocada ou expulsa. Dentre eles, o São Bernardo é exemplar:

O São Bernardo é o bairro que é feito para tirar os negros do bairro nobre. [...] Manda [todos do Cambuí e do centro] pra lá e temos uma concentração de negros no bairro, apelidado [na época] de Congo. E eu nasci ali, cresci ali. Duas escolas de samba, Princesa D’Oeste do lado de cima da minha casa e nasce o Garotos de Madureira do lado de baixo. Futebol e samba era o São Bernardo. Preto era o São Bernardo. Do lado da minha casa, na [rua] Rio de Janeiro, exatamente do lado [...] de baixo, era o clube da negada, que era um galpão que foi construído [...]. Ali eles criaram o clube São Bernardo 9 de julho, O Carabina. [...] E aí derrubaram aquilo e fizeram o tal do parque infantil. Eu vi ser demolido. Então, assim, o território ser invadido de novo. Nós fomos desterritorializados, e aí eles começam a desconstrução. O que é nosso não cabe. Tirou o clube. (Antônio Carlos Silva, Roda de Conversa Memória dos Movimentos Negros de Campinas, set.2017)

Essa fala de Antônio Carlos Silva, conhecido como TC, aconteceu em uma roda de conversa organizada pela FMNCR sobre a memória dos movimentos negros em Campinas, da qual participaram militantes negros inseridos em diversas iniciativas

antirracistas na cidade. Ele falava como liderança da Casa de Cultura Tainã, um importante espaço de atividades político-culturais negras e de periferia e de encontro de movimentos sociais, rememorando sua infância e adolescência no São Bernardo. Em suas palavras, embora os cortiços já tivessem sido alvo de intervenções sistemáticas, nos anos 1960, Campinas ainda não havia sido completamente alterada pelo “projeto de higienização da cidade”. Sua fala também aponta para a marcação racial dos cortiços e o caráter racializado do processo:

Até então, Cambuí, Guanabara, Taquaral, centro da cidade: pretos. Cortiços, favelas, muitos. Padre Viera, avenida Brasil, Barão de Itapura, Paula Bueno, Emílio Ribas, Maria Monteiro, Sampainho, Riachuelo, Ferreira Penteado [ruas do centro da cidade], era negrada pra tudo quanto é lado que você imaginar aqui. [...] Tiraram um monte de gente, mas eu cresci e vim trabalhar na cidade, então eu convivi com muitos cortiços aqui. Lembro de muita gente. Ainda tem um lugar que ainda deve ter o lugar onde era um cortiço, a casa. (Antônio Carlos Silva, RC *Memória*, set.2017)

A constituição da comunidade negra

O processo de segregação racial do espaço urbano configurado pelas operações policiais e de justiça para remover os indesejados das ruas do centro e as manifestações e ações públicas contra os cortiços (HELENE, 2019, p.63-4) resultam em alguns dos marcadores de uma *comunidade negra* da cidade, uma nomeação empregada pelo próprio grupo para referir-se aos militantes antirracistas organizados e, sobretudo, à população negra que acompanhou e vivenciou esses processos. Segundo Giesbrecht (2011, p.37), a “comunidade negra também designa associações negras do passado, como clubes, bandas, associações de bairro, grêmios, bailes, escolas ou instituições financeiras, revelando a intenção de continuidade dos sujeitos do presente com os do passado”. Essas associações, que conectam tempos – preenchem, por exemplo, o vazio de movimentos negros organizados na cidade entre os anos 1930 e o fim da ditadura militar – e reverberam no presente através de outros espaços recreativos, atividades e instituições, como várias incluídas nesta

pesquisa, são importantes laços que compõem, em Campinas, um grupo que, com distintos níveis de atuação política em diferentes momentos históricos, se reconhece como participante de uma mesma comunidade. Como várias outras figuras e representações que participavam ou apoiavam a FMNCR, TC está situado em uma rede que movimenta e estrutura a *comunidade negra* da cidade, sendo um dos articuladores centrais dessa

[...] malha social composta por diferenciados pontos de convergência – clube esportivo e recreativo, movimento militante, companhias de teatro amador e grupos de dança e teatro popular – que permitiam simultaneamente a agregação e a circularidade de pessoas com interesses em comum, e tornavam o fluxo de ideias, acontecimentos, comportamentos e afetos extremamente dinâmico e multidirecionado. (GIESBRECHT, 2011, p.117)

A Casa de Cultura Tainã, resultado e exemplo da mobilização dessa comunidade, foi fundada em 1989 por dona Toninha, uma importante liderança comunitária falecida em 1993, e TC como parte de uma política municipal de fomento a casas de cultura. Sua relevância na estruturação dessa comunidade é perceptível não apenas nas atividades de seu próprio cronograma – que atendiam, no início dos anos 2000, cerca de 2 mil pessoas –, mas também como agente na mobilização e no imaginário dos jovens que a acessam de alguma forma. O papel de conscientização desempenhado pela Tainã junto à comunidade negra e periférica – e de representação e reprodução dos próprios vínculos que forjam essa comunidade – ficam evidentes na fala de Cibele Rodrigues, integrante da FMNCR, do movimento hip hop, do movimento negro e filiada a um partido:

A Casa de Cultura Tainã é um ponto fundamental na minha trajetória, porque aqui eu aprendi a questionar por que os meus parceiros morrem e tudo bem, e não aparece na TV. E quando você começa a fazer esses questionamentos, que são do nosso cotidiano... Eu lembro, eu estudei nessa escola ali. Aqui atrás [quintal da Tainã] tinha uma piscina. Toda segunda-feira tinha um morto na piscina. E a gente atravessava e ia pra escola, normal. Sabe aquela coisa, quando você se desumaniza?

Você pula o cadáver e segue em frente. E aqui a Tainã

me traz esse olhar de ser humano, de questionar, de [dizer] não, isso não é normal. E isso são discussões muito próximas de movimento negro. (Entrevista Cibele Rodrigues, 36 anos, set.2016)

Em consequência, a Tainã atua como uma espécie de incubadora de movimentos sociais locais, partilhando espaços e recursos para que possam fazer suas atividades e apoiando as iniciativas de diferentes maneiras. Alguns de seus importantes produtos são a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, um grupo que rememora e exerce a prática afrodiaspórica das rodas de jongo, e a Casa de Cultura Fazenda Roseira, descrita como “um símbolo do capitalismo cafeicultor e canavieiro na região [...] que é ocupada no sentido de resgatar e produzir uma resistência num território predominantemente negro em seu entorno”⁷. Apoiada pela Tainã ao longo de seu longo processo de ocupação e briga com o poder público pela patrimonialização, entre 2008 e 2015, atualmente a Roseira exerce papel semelhante com relação aos movimentos sociais. A relação é estabelecida por Alessandra Ribeiro, liderança de ambos, que aponta para as reflexões que a casa de cultura proporcionou a ela:

quando eu cheguei lá, eu encontrei os primeiros movimentos culturais aqui da cidade. A Casa de Cultura Tainã é minha primeira experiência de um equipamento público que tinha a gestão de um homem negro que fazia coisas de negro. Por quase 20 anos, minha referência de cultura em Campinas era produtora, mas quando essa cultura se materializava, ela era branca; não do nosso lado da cidade, do outro; e não a nossa cultura. Território material, lugar, espaço físico... pensava: isso existe? [...] a terra nos dá alimento e quem tem terra, tem poder, tem memória, tem ancestralidade. Tudo que a terra nos traz, isso eu aprendi lá. (Alessandra Ribeiro Martins, RC *Memória*, set.2017)

Alessandra seguiu a fala conectando o encontro com a Tainã com a estruturação de uma pista que ela vem perseguindo em seu ativismo e trabalho acadêmico (cf. MARTINS, 2016): a relação entre raça, cidade e cultura. Filha de uma família

⁷ Diário de campo, RC *Memória*, set.2017. A Roseira é também exemplar de outra camada de debates urbanos na FMNCR, referente às ocupações.

negra campineira e participante da anual Marcha da Consciência Negra na cidade, ela relatou sempre ter ouvido histórias sobre uma rua no centro da cidade que teria sido segregada no pós-Abolição, além de ter visto processos na Câmara Municipal que também coíbiam ou limitavam o acesso da população negra. Nela, encontra-se uma residência, posteriormente patrimonializada e nomeada *Casa da Dinda*, que se revelou um dos marcos dessa memória negra da cidade:

essa casa na [rua] Barão de Jaguará, 772, [...] é uma casa que foi comprada em 1890 e concluída a quitação em 1915 com apoio da Liga Humanitária dos Homens de Cor. Então, a gente poder ter na cidade de Campinas, na rua Barão de Jaguará, a materialidade de um espaço físico que foi comprado por uma mulher negra que era mãe solteira, que nasceu da Lei do Ventre Livre, que teve um filho com o pipoqueiro e aí, por conta da família, naquela época, ter todos os receios, ela teve que arrumar uma casa para morar e conseguiu, com o apoio da Liga Humanitária dos Homens de Cor e outras articulações, comprar no papel, com escritura, a casa que até hoje é preservada nesse lugar. Então, pensem que se encontram como esse possibilitaram que a gente continue se reencontrando e redescobrimos essa nossa Campinas, essa nossa cidade, essas nossas memórias, com certeza isso se deve muito a essa nossa consciência de baobá, de memória, de ancestralidade e dessa alma feminina campineira de matriz africana. (Alessandra Ribeiro Martins, *RC Memória*, set.2017)

Trabalho e vadiagem: as mulheres negras no mundo branco

A conexão estabelecida por Alessandra entre a cidade, a memória, a ancestralidade e uma “alma feminina campineira de matriz africana” não é casual. O processo de modernização (e de “higienização”) da cidade central é também gendrado.

O segundo alvo da reformulação da cidade central foram os diversos ocupantes da rua – como indica a manchete do Correio Popular de Campinas de 24 de dezembro de 1966, “Marginais e vadias são os donos das ruas” (Helene, 2019, p.81), que demonstra o tom da oratória pública que clamava pela “sanitarização” da cidade central. Justificando a tru-

culência dos métodos empregados para a reocupação do centro, essas ilações criaram o ambiente para as “Operações Limpeza”, intervenções policiais, judiciais e sanitárias sistemáticas que ocorreram pelo menos desde a Abolição⁸ até meados dos anos 1960 para remover essas populações do centro da cidade. Como resultado e demonstração de uma aliança entre Estado, capital imobiliário e clamores das elites, o PMU, nos anos 1930, articula essas operações e as coloca em marcha com mais firmeza.

Os estudos de Maciel (1985) e Helene (2015) permitem discernir pelo menos dois sentidos que o “ser vadia” ou “vadiar” assumem para as mulheres nessa época, ambos atravessados por intervenções que correlacionam trabalho, prisão e modernização/higienização da cidade. O primeiro encontra seu pareamento na noção de “pretas desocupadas”, constante nas fontes analisadas por Maciel. Nessa acepção, compreendida a partir da dimensão do trabalho esperado ou considerado apropriado para as mulheres habitantes dos cortiços, o artigo “Contra a vagabundagem”, de outubro de 1923, do *Diário do Povo*, deixa poucas dúvidas:

A polícia está agindo contra as pretas desocupadas... mais uma campanha feliz iniciou a polícia local... hostilidade contra as pretas sem ocupação... percorreram vários cortiços prendendo as mulheres ali residentes... O resultado dessa campanha será de benefício para as donas de casa que lutam com a falta de empregadas de cor de Campinas com um aparelhamento completo em matéria de sociedade, como se pode verificar. (MACIEL, 1985, p.87)

A sugestão de que as prisões forçarão a acomodação dessas mulheres no trabalho doméstico é respaldada por relatos de vendas de mulheres e crianças negras para famílias brancas, encontrados não somente no texto de Maciel (1985, p.104, p.ex.), mas em produções mais recentes, como o trabalho de Mesquita (2019). Nesse sentido, parece haver uma via direta entre rua, prisão e trabalho doméstico, posta em marcha como uma das exigências para a soltura ou automatizada a partir das próprias prisões. De toda

⁸ P.ex., “em 1895, o *Diário de Campinas* pediu que a prostituição fosse restringida a apenas uma região e não espalhada por todas as ruas, para não prejudicar as famílias que não queriam morar vizinhas a estas mulheres” (Maciel, 1985, p.88).

forma, deixam-se entrever formas de tutela dessas mulheres por famílias brancas que as “assumiam”.⁹

O segundo sentido é encontrado em uma série de documentos analisados pelos autores que tratavam das “caçadas aos vagabundos” e prisões por vadiagem no início do século XX. Segundo Maciel:

Havia também a vagabundagem específica das mulheres “de vida fácil”, prostitutas, que “nessas condições *são piores que os homens*”. Constituindo motivo de muitos pedidos à polícia para que tomem as providências cabíveis com base em numerosas denúncias de casas suspeitas de funcionarem como prostíbulo espalhados pela cidade (Maciel, 1985, p.85, grifos meus).

Partindo de “uma construção simbólica que separa por meio de relações dicotômicas o espaço dos ‘marginais e vadias’ dos espaços familiares” (HELENE, 2015, p.98), os planos urbanísticos e sanitários se tornam os instrumentos centrais de um reordenamento do espaço público e dos usos legítimos e aceitos. Responsável pela expulsão da população pobre e negra para *o outro lado da linha férrea* e pela supressão da memória negra no espaço, o PMU também transformou a região central, de “muito bem servida de casas de prostituição, boates, bares, trottoir de rua, numa geografia de prazeres a permear vários pontos da cidade” (NEGRÃO, 2013, p.4) a possuidora de uma “zona simbólica de confinamento” da prostituição (TAVARES, 2014).

Para o trabalho sexual, a abordagem violenta da justiça, da polícia ou mesmo dos discursos civis midiáticos era e é ainda mais evidente. Nos anos 1960, isso resultou na formação do Jardim Itatinga, conectado à cidade apenas por um acesso rodoviário, quase exclusivamente acessível por transporte individual e que, até os anos 1980, não tinha sequer tratamento de esgoto e eletricidade.

Assim como as trabalhadoras domésticas, estas são uma categoria profissional de indiscutível prevalência de não-brancos, sobretudo mulheres negras.¹⁰ Além disso, “para as mulheres negras, a prostituição era sempre uma ameaça que as perseguia a cada minuto, da infância à morte” (Maciel, 1985,

⁹ Semelhantes às vistas em acordos de alforria de mulheres (Xavier, 1993).

¹⁰ Cf. Helene, 2015, prólogo.

p.89). Segundo Diana Helene, o “estigma de puta”, “uma marcação depreciativa que pode ser aplicada às mulheres a qualquer momento por seu tipo de trabalho, cor de pele, classe social, sexualidade e, no nosso caso, em função do lugar e da maneira como circulam na cidade”, acompanhava as mulheres pobres e negras – “ex-escravas, lavadeiras, empregadas, serviçais, e outras trabalhadoras” (HELENE, 2015, p.87) – à medida em que estas circulavam pelas ruas e fora do espaço privado, onde as senhoras brancas encontravam-se praticamente enclausuradas até pelo menos o fim da década de 1950.

Lugar e circulação das mulheres negras nas cidades

A relação entre os espaços de circulação das mulheres negras e brancas não foi acidental. Ao contrário, a marcação e a normatividade de gênero que conecta e opõe as vivências da feminilidade através da raça – ou, as formas como se interseccionam gênero e raça – é um elemento fundamental da reordenação da cidade.

Assim como o São Bernardo, no fim dos anos 1960, o Jardim Itatinga já havia sido loteado – nesse caso, com o fim específico de receber as casas de prostituição expulsas do centro – e parcialmente ocupado. Também nesse caso, representações sociais depreciativas pautadas em oposições entre moralidade e indecência, anomia e normalidade, ordem e desordem, limpeza e sujeira foram centrais na construção da aliança entre opinião pública, poder público (a polícia, a justiça e o planejamento urbano) e mercado imobiliário, que permitiu que “o projeto de higienização da cidade” tomasse prumo. Tanto como as associações entre a população negra e pobre e as epidemias, conflito e algazarra (sem esquecer que as prostitutas, em sua maioria negras, eram uma das faces dessa imagem tanto quanto os ‘malandros’, ‘capoeiristas’ e outros), a relação entre mulheres “direitas” e “mundanas” (NEGRÃO, 2013) foi central no processo de confinamento da prostituição.

A noção de que a prostituição, ademais am-

plamente aceita como parte corriqueira das experiências sexuais de homens jovens e casados, estava *fora de lugar* relacionava-se à frequência das ruas do centro pelas *mulheres e crianças* das classes altas:

A presença da prostituição espalhada pela cidade, convivendo no mesmo espaço físico vital de ‘família’ proporcionava uma mistura desordenada entre duas categorias sociais distintas, isto é, uma situação social de ambiguidade, pelo fato de que os homens, em busca de ‘programas, perturbavam a tranquilidade de ‘senhoras’ e ‘senhoritas’ de ‘família’, confundindo-as com ‘putas’. (MAZZARIOL, 1977, p.11)

Segundo Mazzariol (1977), a demarcação de uma “zona confinada” para a prostituição demonstra seu entendimento como “mal necessário” – algo que deve ser escondido ou confinado, pois perturba a ordem, mas não eliminado, pois também contribui para ela. No caso em questão, a contribuição está na manutenção da ordem matrimonial, que excluía o prazer sexual, e no “alívio aos impulsos da idade” (HELENE, 2019, p.66). A prostituição é, portanto, elemento central na preservação do comportamento normativo de gênero para homens e mulheres brancas e da conformação familiar vivenciada por eles.

A associação de todas as mulheres negras à prostituição e à vadiagem autoriza seu emprego no trabalho forçado, o isolamento de uma zona da cidade e o emprego sistemático e violento da força policial para isolá-las e excluí-las do uso do centro¹¹ e das áreas nobres. Nessa medida, atua como uma “imagem de controle” (Collins, 2000) – representações sociais estereotipadas baseadas em oposições binárias, as quais servem à manutenção do status social inferior de grupos subordinados – no caso, restringindo ou cerceando o direito de ir e vir no espaço público. Mais uma vez, o confinamento da prostituição demonstraria sua integração e posicionamento na ordem social e moral que constitui a família enquanto padrão normativo e na economia afetivo-sexual e laboral que a estrutura. Os lugares ocupados por mulheres negras e brancas, compostos, em cada caso, por espaços confinados e transi-

tos possíveis, bem como por posições específicas em uma divisão sexual e racial do trabalho organizada a partir da família branca, não são apenas opostos, mas complementares.

O mesmo pode ser dito, por outro caminho, das trabalhadoras domésticas, cuja participação na divisão sexual do trabalho no interior das famílias é fato constituído nos estudos feministas do trabalho (cf. HIRATA, KERGOAT, 2007; SORJ, 2014). Segundo Giacomini (1988, p.73), senhoras brancas e mulheres negras escravizadas constituíram relações “atravessadas e [...], em grande parte, resultantes dos papéis sociais e sexuais que a sociedade escravista reservou a uma e à outra. [...] Mucamas, amas-de-leite, cozinheiras, bordadeiras, lavadeiras, engomadeiras etc. foram incorporadas ao espaço privilegiado das senhoras, ou seja, à esfera doméstica”. Ali, ainda que a senhora executasse algumas tarefas, especialmente nos lares menos abastados, sua função central era a de “administradora do lar e dos escravos que se destinavam ao serviço doméstico” (p.74). Na divisão do trabalho doméstico e de cuidados, recaía sobre as escravizadas negras a absoluta maioria dos afazeres – além de “garanti[r] o funcionamento da casa patriarcal [...] [estas] proporcionaram às senhoras [...] um tempo ocioso que, na falta de melhor emprego, voltou-se muitas vezes contra os próprios escravos” (p.73).

Segundo Maria Izilda Matos (1994), no pós-Abolição, essa separação se refletiu nos papéis da patroa branca e da empregada doméstica negra, ainda marcados pela divisão das tarefas mais pesadas, e, sobretudo, pelo regime de tratamento e as expectativas de comportamento sobre cada uma delas. No caso das *criadas de servir*, o “comportamento ideal” incluía serem “submissas, ordeiras e eficientes” (MATOS, 1994, p.206), o que era assegurado pela vigilância – “*porta adentro*, as funções de dona de casa e doméstica se confundiam e se interpenetravam, mas o trabalho dos criados era sempre supervisionado e seu comportamento observado” (MATOS, 1994, p.205) – e persistentemente

¹¹ O que nunca aconteceu por completo. Segundo Helene, a escolha do centro para o trabalho é estratégica para reduzir a vulnerabilidade à violência; assim, uma das principais disputas das trabalhadoras sexuais organizadas é pelo direito ao espaço público.

desqualificado. Submetidas ao “estereótipo da feminilidade” que naturalizava sua aptidão desenvolvida para o exercício das mais diversas tarefas e, ao mesmo tempo, ao racismo que fazia com que fossem compreendidas como inferiores e “feitas para o serviço pesado”, no pós-abolição, as habitantes negras das cidades, praticamente confinadas à realização de trabalhos domésticos (FRAGA FILHO, 2009), encontravam baixa (ou nenhuma) remuneração, dominação, violência, explosões de raiva e assédio sexual constante. Não à toa, algumas das mulheres que procuravam esses empregos apresentavam como prioridade não os melhores salários, mas bom tratamento, roupa e comida – ser tratada “como se fosse da família” (MATOS, 1994, p.209), termo que já aparecia nos jornais da época.

De mais de uma forma, portanto, o trabalho doméstico realizado por mulheres negras nas cidades no pós-Abolição deu continuidade às suas tarefas no período escravista. Além disso, manteve-se praticamente imperturbado até os dias atuais – haja vista os embates entre feministas brancas e negras sobre o trabalho doméstico e de cuidados (LE MOS, 1997), o modelo de delegação (HIRATA, KERGOAT, 2007; SORJ, 2014) e a contínua dependência (e falta de reconhecimento) por parte de famílias brancas desse trabalho para seus arranjos de tempo, exacerbada, por exemplo, na pandemia (MONTICELLI, 2021) –, inclusive no que diz respeito à manutenção de uma maioria de trabalhadoras negras, à relevância do trabalho doméstico remunerado no padrão de reprodução social das classes médias (CHAGURI, NICOLAU NETTO, CAVALCANTE, 2019) e ao paternalismo que, a despeito da violência, enclausuramento e assédio (COROSSACZ, 2014) vivenciadas por trabalhadoras domésticas, segue caracterizando o entendimento do senso comum dessas relações.

Tanto no trabalho doméstico como no trabalho sexual, temos como elemento mais ou menos central o enclausuramento das mulheres negras e sua inscrição direta nas operações laborais e afetivas que compõem a família branca normativa. Reencontra-

mos, assim, a noção de um “lugar natural da mulher negra trabalhando nas cidades” (GONZALEZ, [1981] 2018, p. 107).

Um terceiro ponto, perceptível a partir dos marcos desse confinamento (a região central, a linha do trem e a rodovia, os bairros segregados), reforça esse “lugar natural”. Trata-se dos deslocamentos previstos e as circulações que eles permitem entre as zonas da cidade – sejam eles forçados, como nos cortiços, batidas policiais e encarceramento que as removem da região central, influenciados pelo encarecimento da moradia ou hostilidade e segregação ou inscritos nos planos urbanísticos pelo tracejado dos transportes:

E aí eu começo a ver minha mãe, minhas irmãs como empregadas domésticas, a história das mulheres nessa cidade. Chamo atenção de vocês porque até hoje tem a linha que liga com o Cambuí... a linha de ônibus, foi a linha principal da cidade, acho que uma das primeiras a ser criadas, Cambuí-São Bernardo, porque a mão de obra escrava continuava lá no bairro e eles precisavam ir desse lado. Para morar não, mas para trabalhar sim. Aí eu começo a ver isso na relação das mulheres, de trabalho, dentro da casa das patroas. (Antônio Carlos Silva, *RC Memória*, set.2017)

Encontramos, a esse ponto, regimes de ocupação, moradia e mobilidade específicos para as trabalhadoras negras, formas de morar, trabalhar e transitar integralmente planejadas. Esses trânsitos possíveis, permitidos, programados e inscritos no planejamento da cidade e na ordem moral e laboral das famílias reforçam elementos de uma divisão sexual e racial do trabalho organizada a partir das famílias brancas e refletida no espaço urbano.

Os papéis sistemáticos e contínuos do trabalho doméstico e do trabalho sexual, da escravidão aos dias atuais, refletem a preservação da dupla função atribuída às trabalhadoras negras – função-trabalho e função-sexo (GONZALEZ, 1984). Esta co-valência impõe e assegura à mulher branca o lugar da “esposa-mãe-dona-de-casa” (RAGO, 1987, p.62), enclausurada nos espaços domésticos e com sua mobilidade restrita também por rotas programadas nas cidades, a quem competia “desempenhar um papel fundamental na família: sempre vigilante, atenta,

responsável pela saúde e felicidade das crianças e do marido, dedicada ao lar e à sua higiene” (MATOS, 95, pp.114-5), o que envolvia “procriar, rezar, gerir o lar, costurar, bordar, fazer quitutes e doces saborosos, trajar-se com cores sóbrias e discretas, servir sexualmente o marido de forma recatada, a preservar o pudor e a dignidade da mulher, educada para não manifestar desejos ou tomar iniciativas de uma relação sexual” (NEGRÃO, 2013, p.2). Sua diferença em relação às trabalhadoras negras que complementavam o trabalho necessário à manutenção dessa ordem familiar e doméstica era marcada em vestuário, comportamento, expressão, circulação e até mesmo nos moldes do corpo.¹²

Conclusão

Nesse texto, procurei reconstituir as formas como militantes com diferentes trajetórias, pautas e relações com a cidade compreendiam e narravam suas experiências históricas em relação com o processo urbano. Observando lado a lado as experiências históricas de trabalhadoras sexuais e trabalhadoras domésticas, veremos a cidade construída e reconstruída por meio da violência do Estado, policial e judicial, disparada por um alinhamento entre Estado, elites, capital imobiliário e mídia e forçando a ocupação de funções com relação à sociedade branca análogas às do período escravista.

As experiências narradas mostram uma cidade segregada a partir de linhas de gênero, raça e classe – e outras potenciais a serem investigadas, como sexualidade –, em que a segregação não indica uma separação absoluta de espaços, mas uma distinção forte de seus usos, com a delimitação e reforço constantes de barreiras físicas e simbólicas entre os diferentes grupos. A partir de seus marcos físicos, vemos a delimitação de *trânsitos possíveis*, regulados e inscritos no planejamento urbano e nas intervenções do Estado, concretizados na vida prática da cidade, nas

linhas de ônibus, nas rotas de carros. Esses lugares e trânsitos guardam relação com os serviços prestados pelas mulheres negras nas famílias brancas – por sua vez, correlacionados com os papéis exercidos pelas mulheres brancas e formando uma matriz das diferentes vivências da feminilidade e dos papéis de gênero inscritos nessa ordem social no que diz respeito ao sexo, à reprodução, aos usos do espaço público, aos costumes, corpos e ao exercício do trabalho.

Esses trânsitos determinam os lugares em que são encontradas as trabalhadoras negras e suas condições nesses espaços. Por dentro e por fora das casas brancas, a participação de trabalhadoras domésticas e sexuais na dinâmica da família branca borra as fronteiras entre o público e o privado e sustenta as demais tarefas realizadas por homens e mulheres brancas – e, portanto, a reprodução social dessa família branca normativa. Inscritas numa economia familiar que conjuga relações afetivas, sexuais e laborais e que inclui o trabalho doméstico remunerado, o não remunerado, o trabalho de cuidados e o trabalho sexual, suas funções opostas e complementares demarcam, por contrastes e coordenações, as fronteiras da família, natureza, trabalho e (poder sobre) o corpo. Portanto, *ser quase ou como da família* é uma asserção com diversas consequências.

Ainda que se refiram a momentos pregressos, estas reflexões ocupam o presente. Primeiro, estão vinculadas ao debate das relações das mulheres e da população negra com o Estado, frequentemente caracterizada na FMNCR pelas noções de “perseguição institucional” e genocídio. Nesse sentido, vale pontuar que a ação da polícia sobre as periferias em Campinas se tornou mais violenta e intensa nas décadas que se seguiram ao período aqui apresentado. O Itatinga, por exemplo, é frequentemente isolado do restante da cidade por cercos policiais que duram dias. Esta é uma discussão que ocupa o coração dos debates apresentados como feministas negros duran-

12 “Gordas, nédias, flácidas, assim se refere às senhoras a grande maioria dos autores [...]. Quanto às escravas, são [...] negras e mulatas de boas coxas, bons dentes, peitos salientes, flexíveis. O corpo da senhora e o corpo da escrava selecionada para o serviço doméstico parecem ser antitéticos. [...] O corpo das senhoras é produto de condicionantes materiais e ideológicos que nele imprimiram e acentuaram características distintivas de brancura e ociosidade. Ele revela o confinamento e a procriação consecutiva. O corpo da escrava, por sua vez, responde a um minucioso processo de seleção no qual a aparência funciona como índice de seu ‘valor de uso sexual’” (GIACOMINI, 1988, p.76). Cf. tb. a carta enviada por “Observador Anônimo” a Laudelina de Campos Melo, em 1961 (disponível na íntegra em BERNARDINO-COSTA, 2015, p.111-13).

te a pesquisa, e a própria noção de um feminismo negro operada pela FMNCR parte dos diálogos e aprendizados desses momentos e espaços.

Mais do que isso, a ordem de gênero e raça demarcada pelas noções de espaços de confinamento e trânsitos possíveis segue relativamente inalterada. Dentre a série de desafios enfrentados pelas duas categorias nos anos e décadas que se seguiram ao período desses relatos tendo em vista a obtenção de direitos trabalhistas e a ampliação da regulação do Estado – exemplificados pela PEC das Domésticas de 2013 e pelo projeto de lei Gabriela Leite (4.211/2012), não sancionado –, deve-se destacar o imperativo compartilhado de *provarem-se trabalhadoras*, efeito dos processos combinados de essencialização das tarefas desempenhadas por elas, como a fala dessas duas militantes da FMNCR evidenciam:

Ser doméstica hoje é entender que o trabalho doméstico é uma profissão. Hoje, a gente entende que você não tá lá pra ajudar ninguém, você não tá lá só pra ganhar um dinheiro, você não tá lá pra não ficar em casa, como diziam. A gente tem compreensão que hoje o trabalho doméstico é uma profissão e a gente contribui pra sociedade com esse trabalho, embora digam o contrário. [...] As pessoas acham que a gente é ainda aquele resquício de escrava, que tá lá pra comer, pra ganhar uma roupa e pra por comida na boca das crianças. Então eu não gosto muito disso, não. E nós não somos isso hoje. (Regina Teodoro, filme *A doméstica que representou o Brasil no exterior*)¹³

A Associação [de trabalhadoras sexuais] também me fez descobrir que o profissional do sexo, ele existe como um trabalho informal, nós estamos na CBO [Classificação Brasileira de Ocupações]. Ou seja, eu me vi como uma profissional, eu me vi assim dentro da associação. [...] Então, se é gratificante pra mim, se me satisfaz, que ele seja respeitado. [...] [Eu espero que a Associação] dê uma balança nos profissionais do sexo. Que nós entendamos que esse é o nosso trabalho, essa é uma profissão. Não é uma passagem, não é um bico. (Betânia Santos, filme *Mulheres Guerreiras: desbravando as estradas da vida*)¹⁴

Há, ainda, a questão da representação das diferenças e múltiplas experiências na comunidade negra e nos movimentos feministas, além de outros

movimentos sociais, que prevalece nas experiências de trabalhadoras sexuais, bem como da população LGBTQIA+, e incide sobre as das trabalhadoras domésticas, que, embora historicamente aliadas a diferentes movimentos (BERNARDINO-COSTA, 2015), reportam não encontrar suporte suficiente para suas pautas e campanhas. Não à toa, nos dois casos, esses processos aconteceriam *pari passu* com a formação de variados movimentos sociais e sujeitos políticos periféricos intergeracionalmente.

Ainda assim, as memórias transmitidas das “mulheres dessa cidade”, lembradas por seus fazeres cotidianos, formas de viver, trabalhar, morar e circular o espaço formam uma rede tecida pelo trabalho de cuidados e transitada por mulheres, que se ramifica por meio de espaços como a Tainã e a Roseira, indivíduos e grupos. Essa rede vincula e reproduz a comunidade negra em contextos atravessados pela violência e pela discriminação, que extrapolam o período delimitado nesse artigo, alcançando os dias atuais.

Minha vida foi cheia de mulheres, minha mãe, minha avó, minhas irmãs, Maria [*inaudível*], [Dona] Toninha, Laudelina [de Campos Melo]. Muitas mulheres cuidaram de mim, acho que me fizeram um homem diferente. É uma coisa que eu valorizo muito essa minha experiência de vida com mulheres [...] eu sei pelo menos porque eu tenho uma compreensão do olhar feminino do que é se tratar com respeito. As mulheres me ensinaram isso. Não tive pai presente na minha vida, então toda a minha referência foi feminina. (Antônio Carlos Silva, *RC Memória*, set.2017)

Referências

ABDALLA, Julia S. *Feminismos negros e interseccionalidade: alianças, encontros e margens*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2023.

ALVAREZ, Sonia. “Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros”, *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 384, set./dez. 2012, p.833-850.

BAENINGER, Rosana; MAIA, Paulo; RODRIGUES, Izilda; SOARES, Carla. *Migração em São Paulo*. Textos NEPO, 22, 1992. Disponível em:

13 Disponível em: <https://fr-fr.facebook.com/donasesitcc/videos/a-dom%C3%A9stica-querepresentou-o-brasil-no-exterior/2800324246685627/>

14 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zgCf_QQjxRg

https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_22.pdf. Acesso: 02/24.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Saberes subalternos e descolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2015.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. “Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades”. *Mediações*, v. 20, n. 2, 2015, p. 27-55.

CHAGURI, Mariana; CAVALCANTE, Sávio; NETTO, Michel N. “O homem médio e o conservadorismo liberal no Brasil contemporâneo: o lugar da família”. *Anais do 43º Encontro da ANPOCS*, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought. Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2000.

_____. “Aprendendo com a outsider-within: a significação sociológica do pensamento feminista negro” [1989]. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, 2016.

COROSSACZ, Valéria R. “Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio”. *Revista Estudos Feministas*, 22(2), 2014, p. 521-542.

CRENSHAW, Kimberle. “Mapping the margins. Intersectionality, identity politics and violence against women of color”. *Stanford Law Review*, vol. 43, 1991, p.1240-1299.

OLIVEIRA, Daniele. *Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas*. Dissertação de mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 2019.

FIGUEIREDO, Ângela. “Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira”. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, 2018, p.1080-1099.

FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários, esperanças de mobilidade social no Recôncavo Baiano após a Abolição”. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009. 95-128.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava*. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIESBRECHT, Erica. *O Passado negro: a incorporação da memória negra da cidade de Campinas através de performances de legados musicais*. Tese de Doutorado, IA/Unicamp, 2011.

GONZALEZ, Lélia. “Mulher negra” [1981]. In: GONZALEZ, L. *Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018, p.103-108.

_____. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HELENE, Diana. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero*. A segregação urbana da prostituição em Campinas. São Paulo: Annablume, 2019.

_____. “*Preta, pobre e puta*”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p.595-609, 2007.

HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Nova Iorque: South End Press, 1984.

LEMONS, Rosália. *Feminismo negro em construção*. A organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Inst.Psicologia, UFRJ. 1997.

_____. *Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas*. Tese de Doutorado, ESS/UFF, 2016.

LIMA, Stephanie. “‘Coletivo’, ‘ativista’ e ‘horizontal’: uma análise de categorias em uso no movimento social contemporâneo”. *Teoria e Cultura*, v.13, n.1, 2018. Pp.18-35.

MACIEL, Cléber da Silva. *Discriminações raciais*. Negros em Campinas: alguns aspectos (1888-1926). Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp, 1985.

MARTINS, Alessandra Ribeiro. *Matriz Africana em Campinas: territórios, memória e representação*. Tese de doutorado, PUC-Campinas, 2016.

MATOS, Maria Izilda S. “Porta adentro. Criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930”. In.: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (Orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Marco Zero, 1994. Pp. 193-212.

MAZZARIOL, Regina. “*Mal necessário*”. Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Dissertação de Mestrado. IFCH - Unicamp, 1976.

MEDEIROS, Jonas M. S. *Movimentos de mulheres periféricas na zona leste de São Paulo: ciclos po-*

líticos, redes discursivas e contrapúblicos. Tese de Doutorado, FE/Unicamp, 2017.

MESQUITA, Tayná V.L. *Exclusão escolar racializada: implicações do racismo na trajetória de educandos da EJA*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

MONTICELLI, Thays. “Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?”. *Sociedade e Estado*, vol.36, n.1, 2021.

NEGRÃO, Ana Maria. “Memória a desvendar os cenários de prostituição em Campinas (1940-1970)”. *Anais do X Encontro Regional Sueste de História Oral*, Campinas, 2013.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RODRIGUES, Cristiano. *As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras*. Dissertação de Mestrado, UFMG, 2006.

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. “Feminismo negro brasileiro em três tempos”. *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, v. 1, p.120-140, 2018.

RIZZATTI, Helena Fonseca. *O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP (1990-2014): as ocupações urbanas - um estudo dos usos do território da região sul*. Dissertação de Mestrado, IG/UNICAMP, Campinas, 2014.

SANTOS, Taina A. “Perseverança: uma resposta de professoras negras”. *Portal Geledés*, 15/10/2023. Disponível em <https://www.geledes.org.br/perseveranca-uma-resposta-de-professoras-negras/> Acesso em 02/24.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

SORJ, Bila. “Socialização do cuidado e desigualdades sociais”. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014. pp.123-128.

TAVARES, Aline G.C. *A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP*. Dissertação de Mestrado, IFCH-Unicamp. Campinas, 2014.

XAVIER, Regina. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, IFCH/UNICAMP. Campinas, 1993.